

O IFAP desafiou Assunção Cristas, Ministra da Agricultura e do Mar numa entrevista para análise das perspetivas da nova Política Agrícola Comum!

IFAP: O novo Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR) está em fase de arranque encontrando-se a decorrer a publicação, em legislação nacional das regras das diferentes medidas. Uma das apostas incide na simplificação de procedimentos. Em que medida é que este Programa será mais “amigável” para o beneficiário e também para a administração?

Sra.MAM: Este Programa é bastante mais simples desde logo na sua estrutura: enquanto no Proder tínhamos uma multiplicidade de medidas o que dificultou muito a sua aplicação, este PDR nasce já bastante simplificado, com eixos mais simples, com elegibilidades menos restritivas em cada uma das medidas. Essa foi uma preocupação central procurando ir ao encontro das necessidades do setor e com uma forte consulta ao setor, o PDR começou a ser preparado com muita antecedência, com muitas reuniões com as Organizações. É um Programa bem desenhado, que procurou, com o apoio do IFAP, identificar as dificuldades que pudessem existir posteriormente em controlos, nomeadamente nas medidas agroambientais e nas zonas desfavorecidas que complementam o 1º Pilar da PAC das ajudas diretas.

A nossa orientação foi tornar os processos o mais simples possível, quer na construção de medidas do 1º Pilar, quer no PDR, quer depois no relacionamento com os beneficiários. Uma

das medidas de simplificação que introduzimos no PDR 2020 é que deixa de ser necessário o contrato: no Proder existia o momento da aprovação da candidatura e depois o momento em que tinha que ser elaborado o contrato pelo IFAP em que o beneficiário tinha que o assinar, o que, por vezes, entre a aprovação da candidatura e a assinatura do contrato decorria muito tempo. Agora o que vamos ter é simplesmente um termo de aceitação: estando aprovada a candidatura o beneficiário faz



apenas o termo de aceitação que segue os seus trâmites normais, muito mais simples, com menos entidades, com menos papel e bastante mais simplificado. Este é só um exemplo do esforço que tem sido feito, na própria articulação entre o IFAP, as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) e a Autoridade de Gestão do PDR (AGPDR) 2020 para que os processos internos possam ser mais simples em benefício dos próprios promotores, dos agricultores e dos beneficiários das medidas.

A grande preocupação foi que as medidas fossem o mais simples possível, tanto para a Administração como para o beneficiário e eu creio que o Programa cumpre com esse objetivo.

Saliento que abrimos duas medidas ainda antes do PDR estar aprovado - o apoio ao

investimento e à agroindústria - e agora abrimos a medida de apoio aos jovens agricultores, que é uma medida muito solicitada pelo setor. Podemos congratular-nos que fomos o primeiro País da União Europeia a abrir a medida aos jovens agricultores.

Importa salientar que Portugal solicitou um regulamento de transição para que não houvesse hiatos no investimento: nas medidas do regulamento de transição entraram mais de 10.000 pedidos de apoio (candidaturas) e conseguimos aprovar mais de 50%, ainda em sede do Proder, as restantes transitarão agora para o PDR 2020. Foi um trabalho muitíssimo intenso, mas que valeu a pena porque o setor conseguiu continuar a investir com segurança.

IFAP: O PDR 2014-2020 afigura-se decisivo em matéria de propiciar as melhores condições para o êxito dos investimentos, sendo que o futuro vai incidir fortemente sobre as Organizações de Produtores (OP) que são reforçadas neste quadro comunitário. Em que medida é que os agricultores que trabalham em conjunto se irão diferenciar positivamente?



Sra.MAM: Esse é um aspeto muito importante, em tempos passados houve a pretensão do Estado de definir áreas estratégicas e fileiras estratégicas, essa não é a opção deste Governo e isso ficou muito claro no PDR. Não temos o direito de definir qual deve ser a aposta dos agricultores e por isso as nossas diferenciações, através de majorações, são transversais. O reforço das Organizações de Produtores é um exemplo - majoramos os jovens que é uma área central, majoramos as Organizações de Produtores - e portanto quem faz parte de uma organização tem uma majoração no seu investimento e a própria organização, se quiser fazer investimentos para o coletivo, também tem majorações. Existe a preocupação de evitar o abandono de sectores mais tradicionais, como por exemplo o olival de sequeiro, o castanheiro de sequeiro ou amendoal de sequeiro, as raças autóctones... no fundo as questões relacionadas com a manutenção da atividade agrícola em todo o mundo rural português e nomeadamente nas zonas mais desfavorecidas.

Estas são as linhas de força, onde a componente da Organização de Produtores é muito importante, sendo transversal, tanto para as frutas, como para os animais, como para o azeite e para o vinho, em todas as áreas o que é importante é reforçar a componente da organização da produção porque sabemos que quando a produção está mais organizada os resultados são melhores.

IFAP: Uma das prioridades para 2015 é o Novo Sistema de Seguros de Colheitas. Continuaremos a caminhar para um sistema mais universal? As culturas abrangidas bem como as soluções de proteção correspondem às necessidades reais da agricultura?

Sra.MAM: O Seguro de Colheitas é uma grande novidade do PDR, é um aspeto central e pretendemos fazer uma divulgação massiva através de uma candidatura ao próprio PDR no sentido de divulgar as novas medidas dos seguros de colheitas porque o nosso entendimento foi sempre este - quanto mais gente fizer seguros, melhores serão os seguros - os seguros terão melhores elegibilidades, terão uma cobertura melhor e o preço será mais baixo.

O setor das frutas e hortícolas e o setor do vinho já tiveram seguro a funcionar no último ano e meio, sendo que num primeiro ano de funcionamento nós podemos avaliar um aumento do capital segurado em 26% e uma diminuição do preço do seguro em 25%.

Isto quer dizer que, de facto, caminhamos para um sistema mais universal e com melhores coberturas. O que está previsto no PDR é uma matriz comum para todas as áreas e depois questões específicas para os vários setores. Existe, ainda, a pretensão de se expandir a outras áreas como à área florestal.

Este novo modelo de seguro é positivo, não só para o agricultor porque pagará menos por



uma cobertura melhor, como para o Estado, porque a área de seguros de colheitas era a área da maior dívida às seguradoras, que ascendia a 40 milhões de euros. Esse sistema foi estancado e acertámos um plano de pagamento a dez anos da dívida às seguradoras procurando estimulá-las a aderir ao novo modelo, financiado pelo PDR e com garantia que seriam pagas e não teriam o problema da dívida persistente.

IFAP: As novas regras relativas aos Pagamentos Diretos pretendem introduzir maior equidade na distribuição dos apoios concedidos. O grande desafio será a conciliação da sustentabilidade com competitividade...

Sra.MAM: O 1º Pilar tem muitas novidades, foi feito um esforço muito grande para garantir que não teríamos setores com um corte tão grande no rendimento que, na prática, conduzisse ao abandono.

Comparando as primeiras propostas da Comissão e o resultado final nós fizemos um trabalho notável do ponto de vista negocial em Bruxelas e, agora, temos um desafio enorme de aplicar as decisões nacionais. Foram decisões tomadas com muita tranquilidade, muito discutidas com o setor, num espírito de grande cooperação e colaboração.

Houve opções que foram perfeitamente inovadoras, quando se fala da distribuição dos

rendimentos nós optámos por ter um regime de pequena agricultura que alinha pelos 500 euros todos os pagamentos que estavam abaixo desse valor, só dois Estados Membros é que optaram por esta solução. Todos falam da necessidade em ter uma agricultura mais inclusiva e que apoie os agricultores mais pequenos precisamente porque eles mantêm a diversidade do mundo rural, mantêm a paisagem, mantêm a ocupação do território mas a verdade é que, na prática, poucos países foram por aí, Portugal foi por aí e nós orgulhamo-nos disso.

Existe, também, uma forte preocupação em complementar o 1º Pilar com apoios do 2º Pilar, ou seja, setores que porventura seriam mais desfavorecidos com medidas de 1º Pilar podem ter alguma compensação em outras medidas do 2º Pilar, nomeadamente medidas agroambientais, zonas desfavorecidas, raças autóctones. Eu creio que há bastante equilíbrio, com certeza que há questões que até ao fim precisamos de medir, o “*greening*” é uma delas. São questões muito operacionais mas que acabam por influir nas questões mais de substância. Há questões que terão de ser afinadas no próximo ano, e continuamente, porque também é mesmo assim que as reformas se fazem.

IFAP: Uma questão transversal a toda a PAC é melhorar a comunicação ao agricultor, tornando as nossas medidas mais entendíveis e percetíveis pelos agricultores. Quais as prioridades de atuação no sentido de atingir este objetivo?

Sra.MAM: Penso que tem havido um esforço muito grande, nomeadamente do IFAP, para

melhorar a comunicação com os agricultores, por vezes não é fácil porque os assuntos são muito técnicos. Temos conseguido desconstruir esta linguagem muito fechada, com muitas alíneas de decretos-leis e de regulamentos, para que as pessoas percebam efetivamente o que se está a passar, mas eu ouço elogios ao trabalho do Ministério, nomeadamente ao trabalho do IFAP, as pessoas começaram a ser pagas a tempo e sabendo antecipadamente. Sabem que nos projetos de investimento, se apresentarem despesa num determinado momento é o tempo necessário para ser validada numa DRAP e no fim do mês terão o dinheiro na conta.



Essa previsibilidade introduziu uma regularidade e uma tranquilidade muito grande ao agricultor. Os avisos que o IFAP envia através de *sms* a transmitir quando é que vai ser paga determinada *tranche* ao agricultor, essa credibilidade que se construiu teve um impacto enorme e isso é muito positivo. Também é muito positivo ter o calendário de pagamentos no Portal do IFAP ou, no caso da AGPDR 2020, quando é publicada a legislação das várias medidas e

quando é que as medidas previsivelmente vão abrir.

A previsibilidade e a estabilidade são bastante importantes para os agricultores, depois se podermos comunicar com uma linguagem mais acessível a todos nós é muito positivo e esse é um desafio que nunca está totalmente cumprido mas será para irmos melhorando.

IFAP: Um dos objetivos do Programa do Governo é chegar a 2020 com o equilíbrio da balança comercial na área agroalimentar. Qual é a meta para corrigir o défice agroalimentar?

Sra.MAM: O Governo, de uma forma ambiciosa, lançou o desafio de a médio prazo, até 2020, estar eliminado o nosso défice agroalimentar e chegarmos a um equilíbrio.

O nosso setor tem respondido de uma forma incrível, não só com aumento de exportações mas também com diminuição de importações. Sabemos que não podemos ter autossuficiência alimentar em todos os produtos, não é possível num mercado que está aberto e globalizado mas nós conseguimos ser competitivos em várias áreas e com isso compensar aquelas outras onde precisamos de importar. Obviamente tendo a preocupação de que a nossa produção primária seja a fonte preferencial da matéria-prima da nossa agroindústria, caminhando para uma associação cada vez maior entre a produção primária e a transformação, acrescentando valor, ficando esse valor no nosso país, e com isso ajudando a que “mais riqueza” fique entre nós, porque no fundo é disto que estamos a falar, “mais riqueza” significa também mais famílias a viverem melhor.

Posso dizer que, nestes três anos e meio de governação, nós temos uma diminuição do défice agroalimentar acima dos 1,3 mil milhões de euros, neste momento o défice agroalimentar rondará os 2,6 mil milhões de euros, e eu creio que com a ambição dos vários setores é perfeitamente possível o objetivo. E um objetivo ambicioso e temos estado a concretizá-lo em benefício do País, por exemplo, o setor das frutas e hortícolas, no ano de 2014, deverá atingir 1,1 mil milhões de euros de exportações.

Essa é uma das razões pelas quais vemos tanto dinamismo na agricultura, o dinamismo que se sente no mundo rural, o dinamismo que se vê com o número de candidaturas dos jovens agricultores que superou todos os quadros anteriores - no Proder instalaram-se mais de 7.000 jovens, só no tempo de governação do atual Governo foram 5.556 jovens agricultores a instalarem-se - o dinamismo que se vê na execução do Proder: neste momento é de 95%, em dezembro era 93% e já estava 8 pontos percentuais acima da média da União Europeia em resultado do grande esforço nos pagamentos e na análise dos pedidos de pagamento. Tudo isto tem reflexo nos números da balança comercial, bem como nos números das exportações a aumentarem e os números das importações a diminuírem. Só no último ano, de 2014, temos um aumento de exportações de 7,7 %, que é muito acima do conjunto da economia que foi 1,9%, e uma diminuição das importações de 2,5%, que também foi diferente do conjunto da economia portuguesa, onde as importações cresceram.

O setor agrícola está a dar um contributo muito significativo para resolver o problema

de défice agroalimentar, mas também para ajudar a economia portuguesa.

Se olharmos para os números do último trimestre de 2014 o conjunto das exportações cresceram 10,1%, nos dois dígitos, e isso deve-se ao esforço muito grande de todo o setor, a investirem, a arriscarem o seu dinheiro, também se deve ao esforço do Estado - aqui o IFAP tem um mérito particular de pagar a tempo e horas - em abrir mercados externos. É um trabalho muito técnico e

Uma palavra especial para o IFAP

Quando eu cheguei a estas funções alguém me disse que o IFAP é o “coração” do Ministério, se o IFAP estiver a funcionar bem e se os pagamentos estiverem a fluir normalmente, não teria problemas.

Três anos e meio volvidos posso dizer, de facto, com o IFAP a funcionar bem e cada vez melhor, simplificando a comunicação, tendo sensibilidade para os problemas, pagando a tempo e horas, abrindo as candidaturas no dia em que está previsto, com uma lógica de previsibilidade, estabilidade, simplificação e melhoria contínua na relação com os agricultores que o setor é dinâmico e que o IFAP está no coração da resolução dos problemas e do bom nome que o Ministério pode ter.

A minha ambição era ter um Ministério próximo dos agricultores e amigo dos agricultores e isso deve-se tanto ao IFAP, quanto à AGPDR 2020, DRAP e GPP, todos estes organismos estão a funcionar de forma muito concertada e cada vez mais dialogante e isso reflete-se no setor. Com certeza o IFAP, que é quem paga, está no princípio e no fim do elogio ou da crítica. Só posso elogiar o

administrativo mas também político, com todos a ajudarmos para abrir cada vez mais mercados com mais oportunidades.

Eu creio que temos a “casa arrumada” e esse tem sido um grande esforço do Secretário de Estado da Agricultura com extraordinários resultados e temos tido um trabalho externo muito importante e de forma sistemática, o que é perfeitamente visível nos números e recompensador para o setor e para o País.

trabalho do IFAP e dizer que têm que continuar assim porque aquilo que se vê do Ministério é muito o trabalho do IFAP.